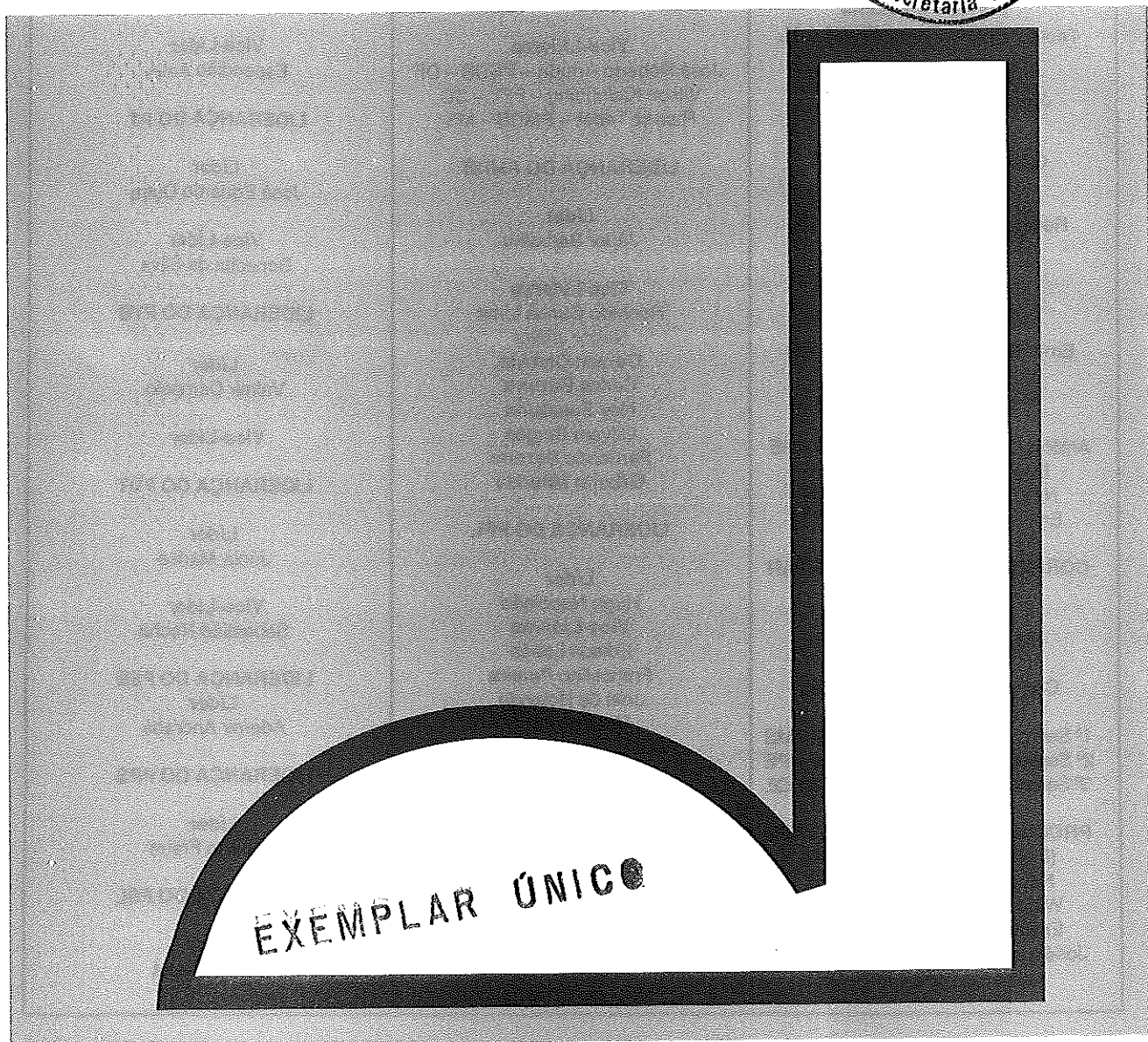


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 185

QUINTA-FEIRA, 3 DE OUTUBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA Presidente José Samay – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Teotônio Vilela Filho – PSDB – AL 2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT 1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO 2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL 3º Secretário Levy Dias – PPB – MS 4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emília Fernandes – PTB – RS CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Holanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emília Fernandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF	LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elcio Alvares – PFL – ES Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho Vice-Líderes Ronaldo Cunha Lima Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá LIDERANÇA DO PSDB Líder Sérgio Machado Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho	LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira Vice-Líder Esperidião Amin LIDERANÇA DO PT Líder José Eduardo Dutra Vice-Líder Benedita da Silva LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo Vice-Líder LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise Vice-Líder Sebastião Rocha LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire LIDERANÇA DO PSL Líder Romeu Tuma
---	---	--

EXPEDIENTE		
AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf	RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 161ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 2 DE OUTUBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADOR LAURO CAMPOS – Preparação da sociedade brasileira para as eleições municipais. Reflexão sobre os impedimentos democráticos na história política brasileira. Sucateamento do parque industrial brasileiro durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Comentando reportagem do jornal **Folha de S.Paulo** de hoje, em que o FMI cobrou do Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, a agilização no processo de reforma tributária no Brasil. Declarações do Ministro Sérgio Motta sobre compra e recompra, no mesmo dia, de títulos da Prefeitura de São Paulo. 16490

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Eleições municipais de amanhã. Posição do Partido dos Trabalhadores na disputa das prefeituras municipais, segundo as pesquisas de opinião. Qualidades da candidata à Prefeitura de São Paulo, Sra. Lufza Erundina. Desproporcionalidade de recursos no embate eleitoral para a Prefeitura de São Paulo. Ataques pessoais do Ministro Sérgio Motta à candidata Lufza Erundina, na noite do último

debate promovido pela TV Bandeirantes; transcrição de artigo intitulado "Respeito é bom e todo mundo gosta", da jornalista Dora Kramer, publicado no **Jornal do Brasil** de hoje, sobre o assunto. Comentários ao pronunciamento do orador que o precedeu na tribuna. 16494

1.2.2 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR VALMIR CAMPELO – Recebimento de documentação do médico Ernesto Silva, pioneiro de Brasília, com a qual sustenta o seu "grito de alerta e de protesto contra as profanações do Plano Urbanístico" da capital da República. 16500

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – MESA DIRETORA

3 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

4 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

5 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 161ª Sessão não-deliberativa em 2 de outubro de 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência do Srs. Valmir Campelo

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a Nação se prepara para decidir nos municípios o destino político da sociedade brasileira.

Quando eu era criança – recordo-me bem – assisti o processo eleitoral ser abolido do País. As eleições, após a Revolução de 30, tornaram-se algo perigoso para a continuidade do projeto político, social e pessoal de Getúlio Vargas.

Quando eu nasci, meu pai ainda era Deputado Estadual. Logo, percebeu o andamento e o destino triste, obscuro da atividade política e rompeu com o Governo para sempre. Talvez eu tenha herdado dele este inconformismo com os selos que os governos nacionais e estrangeiros imprimem a nossa era. Ele assinou manifestos mineiros, e eu passei uma mocidade amedrontada, uma espécie de tortura psicológica diante de ameaças reais ou imaginárias que rondavam minha casa, embora no governo estadual se encontrasse um sobrinho de meu avô, Benedito Valadares, de triste memória, e nos Ministérios, inclusive no da Justiça, outro sobrinho do meu avô, Francisco Campos.

Apesar disso, a vontade de permanecer, a vontade de continuar, a vontade de não permitir que o povo se manifestasse e expressasse sua vontade, impediu que o processo democrático, que o desenvolvimento da consciência livre se verificasse neste País.

Agora, as eleições que se aproximam revelam também a vontade continuísta, a vontade de permanecer, de perpetuar um padrão político que nos está sendo imposto, obviamente, de fora, pelos organis-

mos internacionais, pela mão longa dos Estados Unidos, que não pousou apenas sobre Cuba e outros países do mundo mas também sobre nós.

Muitos de nós não temos consciência de que é uma intromissão indevida dos Estados Unidos sustentar, como sócio majoritário do FMI, essa política de sucateamento, de desemprego, de desmantelamento, de subserviência aplicada aos países periféricos. Continuamos vivendo em condições muito piores do que nos velhos tempos a que me referi.

A política do terreiro – e com isso não faço nenhuma referência aos políticos baianos – o Brasil parece que se adaptou a esse espírito subserviente, àquilo que Fernando Henrique Cardoso, de uma maneira quase premonitória, escreveu em seu livro chamado *Formação Política do Brasil*, que no Brasil se formava o anti-Estado nacional. Portanto, um Estado voltado contra os interesses da população, um Estado voltado contra a defesa das nossas riquezas naturais, um Estado voltado contra o crescimento de nossa consciência e capacidade crítica que se desenvolviam ainda largamente na sociedade brasileira, por meio da luta sindical, das conquistas das classes destituídas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que vemos agora é uma ordem supraconstitucional da qual a Lei Helms-Burton é uma expressão, um capítulo muito importante e muito expressivo. Se, por acaso, Hitler ganhasse a II Guerra Mundial, certamente, se utilizaria de diploma legal muito parecido com essa lei, com a qual os Estados Unidos mostram sua prepotência, se transformam em juízes, julgadores e condenadores do comportamento dos povos que querem dominar.

Mas o Brasil preferiu colocar na Presidência da República o primeiro presidente do anti-Estado nacional, consciente de sua função, consciente de seu destino de presidir o anti-Estado nacional, o sucateamento das indústrias, o desemprego em massa, o aumento da dívida pública, a destruição da nossa

inteligência e dos nossos órgãos de pesquisa, o desprezo pela universidade.

Outros presidentes do Brasil também tiveram atitudes e gestos subservientes, mas não eram conscientes de que estavam presidindo o embrião do anti-Estado nacional. Atualmente, aí está, sorridente e viajero, o primeiro Presidente consciente do anti-Estado nacional, que quer continuar, quer perpetuar-se, ou seja, quer ter um comportamento político semelhante àquele que, na juventude, imprecava, criticava em Getúlio Vargas, que era a sua permanência de 1930 a 1945.

Mas para Getúlio aqueles períodos eram muito curtos para a grande obra que deveria empreender. Por isso parece que Fernando Henrique Cardoso anda nessa marcha lenta, destruindo a Administração Pública, sucateando a indústria, para que possa ter mais para fazer e possa então justificar um prazo mais amplo de Governo. A respeito desse assunto, em uma de suas últimas manifestações, Sua Excelência disse que Deus fez o mundo em sete dias e que ele, Fernando Henrique Cardoso, não era Deus. Aliás um aviso interessante para muitos brasileiros que, diante do comportamento de Sua Excelência, poderiam pensar que ele era um demiurgo, pelo menos um Narciso, o semideus da vaidade.

Agora, todas as forças se erigam livremente, de Washington aos confins do Brasil, no sentido de pregar que é preciso a reeleição para que Fernando Henrique Cardoso faça, nos próximos quatro ou cinco anos de seu mandato prorrogado, aquilo que o Deus criador teria feito em uma semana. Ele precisa de mais tempo para mostrar que não sabe apenas desfazer, desconstitucionalizar, desordenar, desorganizar, mas que sabe também fazer algo de realmente positivo. Ao invés do desemprego, nos dar o emprego; ao invés do sucateamento e da destruição do parque industrial nacional, nos dar a construção e a retomada. Ele vai nos mostrar, portanto, que quando Ministro de Itamar Franco pegou a inflação com uma taxa de 27% ao mês e, em pouco tempo, jogou-a para 48% ao mês. Inflacionar ele já havia demonstrado saber, quando Ministro de Itamar Franco. Empinou a taxa de inflação até o ponto em que os preços atingiram o teto, o zênite, enquanto os salários permaneceram no nadir. Salários de Terceiro Mundo, salários de R\$112 por mês, renda **per capita** de US\$4 mil e preços de Primeiro Mundo, preços de Tóquio, cidade que tem o custo de vida mais elevado do mundo.

A mesma coisa aconteceu na Argentina. Buenos Aires tem o segundo mais elevado custo de vida

do mundo. Os argentinos estão pagando preços que são pagos pelos japoneses, que têm uma renda **per capita** de US\$23 mil por ano, e não apenas de US\$3 mil e poucos dólares, que os argentinos têm, ou de US\$4,1 mil dólares, que os brasileiros têm.

É isto que o FMI nos impõe. E agora o FMI – está nos jornais de hoje – puxou as orelhas do Ministro Pedro Malan – está no jornal **Folha de S. Paulo** de hoje. Quando é que o Brasil admitiria uma coisa destas? Puxou as orelhas do Ministro Malan e está exigindo mais pressa na dita reforma tributária.

Misturando alhos com bugalhos, misturando economia com política e política com economia, o que disse o Ministro Kandir? Disse que uma vez perpetuado e prorrogado o Governo do Senhor FHC por mais quatro anos, o PIB iria crescer 9% ao ano. Como se as variáveis políticas fossem quantificáveis! S. Ex^a também prognosticou um futuro róseo quando, no Governo Fernando Collor de Mello, nos deu o calote inesquecível – e o calote era para fazer crescer o Brasil, era para estabilizar o Brasil, era para enxugar a base monetária. E nada disso aconteceu. Somos todos testemunhas da grande mentira que constituiu a previsão otimista de Kandir naquela ocasião.

Pois bem, quando o Sr. Kandir tomou posse no Ministério, deixando o seu mandato de Deputado Federal, terminou o seu discurso resumindo em três palavras o seu recado: austeridade, austeridade, austeridade.

No dia seguinte, o mentor, o filósofo, o mestre dos mestres deste Governo, na Carteira do Banco Central, dizia o contrário. Como as eleições obviamente se aproximavam, era preciso que o Governo começasse a gastar e a taxa de inflação ia se elevar um pouco, dizia o Diretor da Carteira de Câmbio e Comércio Internacional do Banco Central.

Portanto, o que nós vemos é que o Sr. Antônio Kandir é dado a esses exageros quando quer defender os interesses políticos com os quais galgou postos, tanto no Governo Collor quanto no Governo de seu homônimo, Fernando Henrique Cardoso.

Exagero, exagero, exagero! Nove por cento! Poderíamos dizer agora, com a mesma ênfase que o Sr. Antônio Kandir usou no seu discurso de posse no Ministério.

No mesmo dia, no mesmo momento, Pedro Malan prevê crescimento de 4,5%. Que brincadeira é esta? Que previsões são estas? Que desmoralização é esta a que se submete a categoria dos economistas, permitindo as mais desencontradas previsões sobre o futuro do Brasil? E o que nós vemos é ob-

viamente a existência de um processo político em que a discussão política atingiu o mais baixo nível de que tem notícia a História do Brasil.

É triste vermos um espetáculo como este, em que, por exemplo, a Prefeitura de São Paulo gravita em torno de um tema único, talvez o principal, aquele que dominou o discurso político e o espaço do diálogo: metrô *versus* ônibus do Sr. Pitta. Os problemas brasileiros ficam limitados apenas a uma discussão de mais Cingapura ou menos Cingapura. É muito triste que tenhamos rebaixado a este nível a discussão política no Brasil.

Para culminar o processo, ontem ou anteontem, o Ministro Serjão, do alto de sua montanha, de sua automontanha, desenterra aquela negociata da qual todos nós não podemos nos esquecer; aquela suspeitíssima ação de venda e recompra, no mesmo dia, de títulos da Prefeitura de São Paulo, que teria dado um prejuízo, ao Município de São Paulo, de mais de R\$20 milhões num só dia.

É estranho que esse argumento seja levantado apenas em uma situação de desespero, na antevéspera das eleições, e seja esgrimado pelo Ministro Serjão, capaz de tantas coisas, que se auto-intitula, como aconteceu em um debate entre mim e ele, aqui, no Senado Federal, um "Maquiavel"! Mas ele utiliza esse termo no seu sentido chão, pejorativo. O Ministro não passa de um "Maquiavel" do Tatuapé, um "Maquiavel" tantas vezes desastroso, um "Maquiavel" que está sempre pronto a afirmar o oposto daquilo que Fernando Henrique Cardoso diz. Obviamente, como não há resposta, não há crítica, não há censura por parte do Presidente ao seu Ministro, isso mostra que tanto a afirmativa de um, quanto o desmentido e a oposição do outro já estavam adrede combinados em um maquiavelismo de baixo teor.

Portanto, apesar de tudo isso, percebemos, misturado a esse conteúdo político, que FHC, que até há dois ou três meses se declarara pelo menos pouco favorável ou indiferente à questão das reeleições, que seriam decididas pelo Legislativo, se esqueceu de que, em 1988, foi contrário às reeleições. Nessa ocasião, discursou neste Senado, mostrando os argumentos que possuía, e dos quais já se esqueceu, contrários à reeleição para o cargo de Presidente da República. Agora, como sempre, sofrendo daquela amnésia da conveniência, esquece o que agora é um mal para ele e se lembra apenas da outra parte.

"O que é ruim, a gente esconde; o que é bom, a gente mostra", dizia Ricúpero. E suas palavras são demonstradas escancaradamente com a presença e

com a exposição do Presidente da República nas rádios e televisões do País inteiro. Talvez tenha até deixado de viajar, o que pareceu ser sempre a sua prioridade máxima, para ir à televisão defender a inauguração de suas "desobras": a sua própria reeleição.

Jamais censurou aqueles, como o Presidente da Radiobrás, que afirmaram usar o poder da mídia oficial, a rede numerosa de emissoras dessa sociedade, a Radiobrás, para defender aquilo que ele chamou de guerrilha eleitoral. Disse que levaria a artista Sula Miranda e outros para defenderem as suas propostas de reeleição a qualquer preço. Pois bem, não precisou. Levou a Sula apenas uma vez ao Presidente da República, ao que eu sei, porque, agora, parece que FHC é a Sula de si mesmo. Convenceu-se de que a sua presença diante do vídeo tem mais poder de convencimento e de cooptação das consciências do que o rebolado da cantora e artista Sula Miranda.

Portanto, continua baixo, muito baixo o nível da disputa política, da discussão política neste País.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Exª me permite um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS – Pois não, é com muito prazer que ouço V. Exª, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Frezado Senador Lauro Campos, resolvi deixar por uma tarde a campanha de São Paulo, depois de ter acompanhado, hoje, pela manhã, a candidata Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores, na região de São Miguel Paulista – depois da visita que fez ao Bispo Dom Fernandes dessa região da zona leste de São Paulo, cuja população é de 3 milhões de habitantes – para expressar, desta tribuna, diante dos fatos que V. Exª está a analisar, também a minha indignação. É altamente condenável o empenho com que alguns Ministros como Antonio Kandir, Pedro Malan, Sérgio Motta e outros começam a empreender em prol da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso. As previsões de Antonio Kandir, principalmente, carecem de alguma base de teoria econômica ou política, conforme assinala V. Exª, quando afirma que o Brasil viria a crescer 9% ao ano, caso houvesse direito à reeleição. Primeiro, carece de propriedade a previsão com respeito ao que acontece nesse âmbito, já que a própria previsão oficial é de que a economia, em 1996, crescerá menos de 3%.

O SR. LAURO CAMPOS – Parece-me que, no ano passado, também anunciaram um crescimento de 9% para este ano.

O Sr. Eduardo Suplicy – Mas a previsão oficial do Ipea para este ano é de que a economia po-

derá crescer em torno de 2,6%, e, no ano que passou, o primeiro da gestão Fernando Henrique Cardoso, o Produto Interno Bruto cresceu 4,1%. Se no primeiro ano cresceu 4,1%, se no segundo vai crescer em torno de 2,6% – que seja até 3% – por que razão, por que teoria econômica, por que modelo econômico diríamos que a economia crescerá nos quatro anos de um eventual segundo mandato do Presidente Fernando Henrique à taxa de 9% ao ano? Isso já é forçar a barra demais e inclusive empobrece o debate sobre política econômica que poderíamos ter com as autoridades, até porque, conforme assinala V. Ex^a, eles próprios se desentendem. O Ministro do Planejamento faz previsões que são desmentidas pelo Ministro da Fazenda do próprio Governo Fernando Henrique Cardoso. Preocupa-me sobretudo o fato de as autoridades econômicas estarem deixando para um eventual segundo mandato decisões que deveriam estar tomando agora.

O SR. LAURO CAMPOS – Justamente.

O Sr. Eduardo Suplicy – Portanto, deixarão para um segundo mandato a adoção de medidas relativas à melhoria da distribuição da renda, à possibilidade de se acelerar a reforma agrária, só porque vai haver – se é que vai haver – oito anos de mandato para Presidente? Será que vão separar as coisas? Já faz dois anos, e, no que diz respeito à distribuição da renda e da riqueza, o progresso havido é diminuto.

O SR. LAURO CAMPOS – Se não negativo.

O Sr. Eduardo Suplicy – Especialmente quando nos deparamos com o que aconteceu de 1995 para 1996. Se os dados de 1995 registram ligeira melhoria na distribuição da renda em virtude da diminuição da inflação, há inúmeros fatos que devem ser levados em conta, tais como a recessão, a forma pela qual recursos públicos estão sendo utilizados, a criação de programas como o Proer. Isto foi feito nesses últimos doze meses: destinaram recursos, em larga escala, aos que têm menos ou nada têm neste País. Há indícios de que possa ter havido concentração da riqueza em 1996. Não há dados oficiais para comparação, mas os indicadores relativos a 1995, que fizeram o Governo soltar foguetes, não são também nada animadores. Basta assinalar que o Índice Gini de 1995, em verdade, é pior do que o ocorrido no último ano do Governo de Fernando Collor de Mello. Em 1992, o Índice Gini, segundo o próprio IBGE, foi 0,575; em 1993, 0,603, e em 1995, 0,592. Houve, de 1993 para 1995, ligeira melhoria. Porém, essa moderada melhoria significou em 1995 concentração mais grave do que a registrada oficial-

mente em 1992, época em que o Brasil foi governado, até 29 de setembro, por Fernando Collor de Mello e, daí para frente, por Itamar Franco. Será que o Governo está contente com esse resultado, dando-se o luxo de adiar decisões sobre como melhorar a distribuição da renda e da riqueza, concentrando tanta atenção na reeleição? Como estou convencido de que o processo democrático é mais saudável com o rodízio de lideranças, acho que vai perder o Ministro Antonio Kandir se continuar insistindo nessa tecla.

O SR. LAURO CAMPOS – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, que incorporo ao meu modesto pronunciamento.

Eu gostaria de lembrar àqueles que pretendem utilizar essas eleições como uma *avant-première*, um teste para as reeleições, que há pouco tempo se dizia que a grande decisão, o grande sinal, a grande pesquisa sobre se haveria ou não clima para a reeleição dar-se-ia no Município de São Paulo durante a disputa para a sua prefeitura.

Hoje, quando o candidato do PSDB não se dá bem nas prévias eleitorais, mais uma vez o governo da amnésia esparge o esquecimento sobre suas próprias palavras. Agora, instigados para que recorram ao plebiscito a fim de consultar o povo, que anda tão distante das decisões governamentais, sobre se deseja ou não as reeleições, não admitem a idéia. Naturalmente vão invocar os velhos argumentos de que um plebiscito é muito caro, de que um plebiscito é isso ou aquilo, para continuar a impor, através das forças do poder, da estrutura, da máquina, da mídia, as distorções que o processo de consulta ao povo, o processo eleitoral sofre e padece, neste País.

Temos esperanças de que um dia – talvez não seja para mim, muito provavelmente não o será – a palavra concorrer, correr com, correr em igualdade de condições com, possa ser utilizada em seu sentido verdadeiro. Não se trata de correr começando alguns a dez metros do ponto terminal da disputa e outros começando lá atrás a 100 ou 200 metros. Isso não é concorrência! Stuart Mill, inglês rico, que não era obviamente marxista, dizia que era contrário à herança, porque ela impedia que a concorrência se verificasse. O que seria concorrência? Seria concorrência entre iguais, com igualdade de oportunidades, com igualdade de condições, com igualdade de forças. Mas a concorrência através de uma partidocracia, baseada em estrutura viciada, baseada em diferenças óbvias entre os candidatos dos banqueiros, dos poderosos, das forças externas, isso não é

concorrência. Na União Soviética, atual Rússia, Boris Yeltsin recebeu US\$8 bilhões de auxílio do FMI, às vésperas de sua reeleição.

Essa desigualdade, essa diferenciação de oportunidades, essa destruição da verdadeira concorrência, esse escárnio diante do significado real das palavras acontece – e como acontece – no nosso País. Vivemos num país nominal, num país em que as palavras se corromperam, em que as palavras deixaram de significar, ter realmente uma correspondência com o mundo real. O desenvolvimento e a retomada que afirmo é essa que aí está. A situação real ou permanece a mesma ou se deteriora, como acontece no campo, como acontece entre os 11 milhões de sem-terra e de sem-casa, como acontece com aqueles que recebem a esmola de R\$112,00 como salário mínimo e com todos os excluídos deste País. Mudam as palavras, muda apenas o vocábulo. Os militares diziam: desenvolvimento e segurança. No final do processo, ao invés de desenvolvimento, deu crise e, ao invés de segurança, a insegurança que padecemos todos os dias.

E agora, o que foi que mudou? Desenvolvimento fica no binômio de FHC: desenvolvimento e estabilidade. E estabilidade não é segurança? E segurança não é estabilidade? O que mudou nesse tempo, de 1964 para cá, mesmo no binômio que serve de roteiro e de rumo para esses governos tão pouco diferenciados?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo que as eleições de amanhã transcorram dentro da normalidade possível, desta normalidade eivada de vícios, cheia de distorções, mas que pelo menos a civilidade, a morigeração e a educação presidam este pleito.

Um dia, quando fui candidato, eu disse que o voto para mim é como um beijo: se comprado, ele se prostitui; se arrebatado pela força ou pela violência, avilta a consciência. E quem escreveu isso não pode obviamente ter desrespeitado o voto e a consciência sequer um dia de sua vida. Não sou exemplo para ninguém, nunca fui guru de ninguém, mas desejaria que mesmo a sensibilidade ética que se deve ter para com os eleitores e o seu pronunciamento nas urnas deveria ser um predicado de todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, em primeiro lugar, de saudar a realização das eleições no dia de amanhã, 3 de outubro de 1996, quando,

em mais de cinco mil municípios brasileiros, o povo escolherá o seu prefeito, a sua prefeita, os seus vereadores ou vereadoras.

Felizmente, nós do Partido dos Trabalhadores temos notícias alvissareiras: o Partido dos Trabalhadores mais do que duplicará o número de prefeitos e/ou prefeitas e de vereadores e vereadoras em todos os municípios brasileiros. E, segundo as pesquisas de opinião, seremos vitoriosos nas capitais de Porto Alegre, Campo Grande, Rio Branco, Maceló, Natal e Aracaju. Certamente vamos para o segundo turno em São Paulo, e muito provavelmente em Belo Horizonte; talvez consigamos também ir para o segundo turno no Rio de Janeiro, onde Chico Alencar vem crescendo muito, e na Bahia, onde Nelson Pellegrino pode se constituir numa grata e surpreendente surpresa, até mesmo para aqueles que imaginavam deter completamente o poder nesse Estado.

E são tantos os municípios, além das capitais, onde o PT está indo bem, que certamente daqui a alguns anos teremos a convicção de que, novamente na hora de se registrarem as administrações que tiveram projetos de criatividade para resolver problemas sociais graves nas áreas da saúde, da educação e da cidadania, estarão inscritos nesses concursos, como os recentemente havidos, aqueles prefeitos e prefeitas do Partido dos Trabalhadores.

Mas é, sobretudo, na maior cidade brasileira, na capital do Estado de São Paulo, onde o embate ganha proporções extraordinariamente importantes para o futuro do País, inclusive para as eleições de 1998. Felizmente a nossa candidata Luiza Erundina de Sousa tem se mostrado uma extraordinária candidata, um exemplo de garra, de retidão, de quem realmente acredita no que faz, e que tem uma história de vida dedicada à causa da democracia, à causa da liberdade, à causa da solidariedade e da construção de uma sociedade fraterna. Pois Luiza Erundina, nascida em Uiraúna, interior da Paraíba, primeiro como assistente social, e lutando para ajudar a educação de sua numerosa família, veio para a capital da Paraíba como professora na área das Ciências Sociais, como Assistente Social, e ali viu-se, durante o regime militar, a certa altura, proibida de lecionar. Perseguida, acabou indo para São Paulo, há 25 anos. Lá, em São Paulo, resolveu trabalhar como assistente social nas favelas, nos cortiços, nos bairros mais pobres, e, por seu trabalho consistente e coerente, tornou-se Presidente da Associação dos Assistentes Sociais. Já em 1979 começou a interagir com aqueles que depois formaram o Partido dos Trabalhadores.

No último comício de domingo, Lula lembrou o episódio em que ele, cassado pelo regime militar, presidente que era do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, pelo então Ministro do Trabalho Murilo Macedo, fora convidado a participar de convenção do Sindicato dos Assistentes Sociais, da Associação presidida por Luiza Erundina, onde havia comparecido o então Ministro do Trabalho, Murilo Macedo. Luiza Erundina, nesse dia, preferiu convidar Lula para a mesa e não convidar o ministro que havia cassado o direito daquele que havia sido eleito democraticamente por seus pares. Em 1980, Luiza Erundina fundou o Partido dos Trabalhadores e foi eleita Vereadora pelo PT, eleita, então, líder por seus Pares. Tanto se destacou que, em 1985, foi escolhida candidata a vice-prefeita, ocasião em que disputei a prefeitura com Jânio Quadros – que foi eleito –, Fernando Henrique Cardoso e outros.

Em 1986, foi eleita Deputada Estadual e, logo após, Líder do PT na Assembléia Legislativa.

Em 1988, em uma prévia, foi escolhida democraticamente como candidata a prefeita. Na reta final, segundo as pesquisas de opinião, em 3 de outubro de 1988, Luiza Erundina estava em terceiro lugar, numa curva ascendente; ao final da tarde, o DataFolha e outras pesquisas de boca de uma davam-na como vencedora, justamente contra o atual Prefeito Paulo Maluf e José Serra, seus adversários na ocasião.

Luiza Erundina fez uma administração voltada sobretudo para as áreas sociais, instituindo uma fantástica sistemática de participação popular. Em uma cidade com mais de 10 milhões de habitantes, conseguiu instituir o orçamento participativo, que certamente será agora aperfeiçoado, na sua nova gestão.

Luiza Erundina quase foi eleita Senadora em 94. Não desanimou e, este ano, resolveu disputar a indicação para ser candidata a prefeita com Aloizio Mercadante, que havia se destacado como Deputado Federal e candidato a vice-presidente, com Lula, em 94.

Numa disputa extremamente democrática, bonita, em que ambos realizaram treze debates perante as bases do Partido, em diferentes regiões da cidade, sagrou-se vencedora na prévia. Após procedimento exemplarmente democrático, que unificou o Partido, Aloizio Mercadante aceitou ser o seu candidato a vice-prefeito. Isso fez com que a base do PT se unificasse, como ficou demonstrado no extraordinário comício de domingo, com a participação de Lula, de José Dirceu, o nosso Presidente Nacional, e de toda a militância do Partido. Lá estiveram cerca

de trinta mil pessoas, em frente ao Estádio Municipal do Pacaembu, lembrando um fato histórico, ocorrido em 27 de novembro de 1983, quando o PT havia convocado exatamente para aquele local o primeiro comício pelas "Diretas Já" – infelizmente, ocorrido no mesmo dia em que faleceu o Senador Teotônio Vilela.

Relembramos esse fato porque ali estavam novamente aqueles que tanto acreditaram nas causas da democracia, da busca pela justiça, da liberdade, de maior igualdade, de eficiência de um sistema que, para ser racional, tem que crescer com melhoria da distribuição da renda e da riqueza.

O embate em São Paulo, Sr. Presidente Valmir Campelo e prezado Senador Lauro Campos, é totalmente desproporcional, o que se pode observar caminhando-se pelas ruas de São Paulo, pelas grandes avenidas e praças, em qualquer lugar em que se esteja. Hoje de manhã estive na praça principal de São Miguel Paulista, onde havia dezenas de pessoas pagas – jovens, na maioria –, pelas esquinas das ruas, com bonés, bandeiras e camisetas dos candidatos Celso Pitta e José Serra, ambos com extraordinário poder econômico. A nossa militância chega e conversa com essas pessoas.

Hoje mesmo, estava eu fazendo meu exercício matinal, correndo perto de casa, quando observei um motorista de caminhão que, ao me ver, disse-me: "Vamos ganhar a eleição". Respondi-lhe: "Vamos ganhar, mas o senhor não quer substituir essas propagandas de Celso Pitta no vidro do seu caminhão? Dou-lhe algumas da Luiza Erundina". Ele falou: "Isso aqui é só para mostrar, porque eu mesmo vou votar na Luiza Erundina".

No centro comercial de São Miguel Paulista ocorreu fato semelhante. Estava ali um rapaz negro, com vestimenta humilde e com um boné de Celso Pitta. Eis que, ao se deparar com Luiza Erundina, para a nossa grata surpresa, ele disse: "Luiza Erundina, vou votar em você".

Ou seja, os bonés do poder econômico são aceitos, mas a consciência da população está mais atenta. Daí por que pode haver uma modificação bastante surpreendente já no primeiro turno. Acredito possa Luiza Erundina surpreender e, inclusive, vencer no primeiro turno. Até amanhã muita coisa poderá acontecer, especialmente em função dos procedimentos ocorridos nesses últimos dias.

O Senador Lauro Campos citou aqui a revelação, feita pelo Banco Central, de que teria havido uma operação que causou prejuízos à Prefeitura, com as Letras Financeiras do Tesouro Municipal.

Avalio que houve no episódio algo que ainda não foi explicado. Perguntei ao Secretário Municipal de Finanças da gestão de Luiza Erundina, Amir Khair, se, porventura, em algum momento, ele havia dado ordens à Corretora Banespa, que administra o fundo rotativo ou os títulos do Tesouro Municipal, para que fossem realizadas operações com essa ou aquela corretora determinada, A, B ou C. Havia eu estranhado a carta do Secretário de Finanças – e há mais do que uma carta – determinando que fossem efetuadas operações com essa ou aquela corretora. O Secretário Celso Pitta precisa explicar essa definição de realização de negócio com essa ou aquela corretora.

O Senador Lauro Campos há de se lembrar que, ainda este ano, houve uma preocupação na Comissão de Assuntos Econômicos quando o Senador Roberto Requião observou que estavam alguns poderes públicos municipais e estaduais, e mesmo o federal, solicitando autorizações de operações de empréstimos ou de rolagem de dívida e de renegociação dos títulos da dívida externa brasileira, definindo-se já qual seria a instituição financeira intermediária. S. Ex^a achou estranho, até porque soube de casos em que corretoras ou intermediários receberam pagamentos extraordinariamente altos.

Passou a haver o cuidado – essa é uma nova decisão da Comissão de Assuntos Econômicos – de se evitar esse tipo de procedimento. Na própria renegociação dos títulos da dívida externa agora há uma cláusula. A intenção do Senador Roberto Requião era de exigir a licitação pública. Porém, no diálogo com as autoridades e com o Senador Vilson Kleinübing, acabaram escrevendo uma cláusula, que foi aprovada, segunda a qual a remuneração da instituição financeira terá que levar em conta a melhor taxa de juros, o melhor prazo e as melhores condições para o poder público. Então, há, inclusive, uma relação entre a remuneração da instituição financeira que estiver realizando o negócio que melhor atender àquele respectivo poder público. Então, aí já estranhei.

Há um outro procedimento que, a meu ver, não está inteiramente esclarecido. O Banco Central deveria ter sido mais rigoroso – e constatou isso –, porque parte do levantamento de recursos para fins de pagamentos de precatórios judiciais não foi utilizado para essa finalidade. Esse já seria um procedimento que mereceria maior rigor e atenção do Banco Central.

Agora vem esse outro aspecto que o Senador Lauro Campos bem levantou, ou seja, que seria próprio que o Banco Central tivesse levantado isso há

mais tempo. Antes do dia de amanhã, seria conveniente que o Banco Central chegasse a uma conclusão para não deixar no ar essa questão.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando o Senador José Serra e Luiza Erundina, no debate, perguntaram a Celso Pitta sobre o prejuízo em princípio causado, ele mencionou que não houve prejuízo, mas não soube explicar detalhadamente por que não houve o prejuízo. A dúvida paira. A investigação pelo Banco Central diz que prossegue. Ora, seria próprio que os eleitores fossem esclarecidos sobre isso.

Agora, há um aspecto grave ocorrido na noite do debate: as declarações do Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que referiu-se à Sr^a Luiza Erundina de modo ofensivo, de tal maneira que causou estupefação a todos nós, inclusive a mim, que conheço Sérgio Motta. Fui seu companheiro na UEE e na UNE em 1992, 1993 e 1994, quando inclusive elegemos José Serra por recomendação sua, que, à época, era presidente da UEE e da UNE. Foi ele que também recomendou que eu fosse escolhido, em 1964, para ser vice-presidente da UEE em São Paulo.

Então, desde aquela época somos companheiros e gostaria que estivéssemos sempre do mesmo lado, defendendo os mesmos ideais. Tenho a convicção de que Sérgio Motta, a partir dos resultados de amanhã, estará defendendo o voto em Luiza Erundina. Mas preciso, aqui, fazer uma pergunta: o Ministro Sérgio Motta vai pedir desculpas à candidata pelo que declarou na terça-feira à noite? Porque é inadmissível, inclusive, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso possa aceitar um procedimento dessa natureza por parte de seu Ministro.

Domingo retrasado, fiz uma visita ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando inclusive dei a Sua Excelência um livro autografado pela Sr^a Bridget, filha de James Edward Meade, sobre o pleno emprego reconquistado. Na ocasião, conversamos sobre a questão da reeleição e apresentei-lhe o meu ponto de vista, ou seja, que não sou favorável ao princípio da reeleição. Mencionei também que está havendo muito empenho de sua parte, ao que me respondeu que não era de sua parte, mas da imprensa, de seus Ministros. Não sei se o Presidente tem autoridade sobre seus Ministros em temas como o da reeleição, mas quando o Ministro das Telecomunicações ofende pessoalmente, nos termos em que fez, a Sr^a Luiza Erundina, cabe a Sua Excelência repreendê-lo.

Espero, em nome do respeito democrático, que o Ministro peça desculpas à Sr^a Luiza Erundina.

Essa foi uma das razões pelas quais resolvi vir hoje ao Senado Federal. Pensei até em formular um requerimento de informações indagando se o Ministro Sérgio Motta pedirá desculpas à Sr^a Luiza Erundina, mas entendi que o Regimento permite que o requerimento de informações se dê somente sobre questões legislativas. Portanto, formulo a questão como orador da tribuna.

Sr. Presidente, todas as mulheres com as quais conversei sobre a declaração de Sérgio Motta se sentiram indignadas. As jornalistas sentiram-se extraordinariamente indignadas; minha mulher, Deputada Marta Suplicy, ficou abismada; a candidata Luiza Erundina, com razão, afirmou que o Ministro Sérgio Motta estava desqualificando sua própria posição de Ministro.

A indignação da mulher está exemplarmente colocada pela jornalista Dora Kramer, em seu artigo intitulado "Respeito é bom e todo mundo gosta", no **Jornal do Brasil** de hoje.

"Um dos discursos prediletos do Ministro Sérgio Motta é aquele onde invoca o regime militar para ressaltar a democracia do Governo ao qual pertence. Gosta o Ministro também de reagir a críticas acusando o interlocutor de querer a volta dos reacionários. Pois muito mais reacionário foi o Ministro na madrugada de segunda para terça-feira, nos ataques que fez à candidata do PT à Prefeitura de São Paulo, Luiza Erundina. E, ao procurar mostrar valentia, deu uma inusitada demonstração de covardia.

Ultrapassou o limite não apenas da boa educação, mas principalmente da civilidade e do respeito humano. O Ministro é homem público e, como faz questão de lembrar constantemente, integrante de um governo democrático. Por isso mesmo, eleito para servir e respeitar o País. Nunca se ouviu, nem do mais autoritário dos generais, o que Sérgio Motta diz aos microfones como se o cargo de Ministro lhe conferisse liberdade para dizer o que quer, quando bem entende e no tom que considera mais conveniente.

É surpreendente que o presidente da República permita que um subordinado use seu cargo e autoridade de forma absolutamente descontrolada. O que houve nos bastidores do debate entre os candidatos à Prefeitura de São Paulo, promovido pela TV Bandeirantes, foi apenas um episódio de

uma série que a tolerância brasileira folclorizou na chancela das sergices.

Ditos que já chegaram até a atingir a intimidade do próprio presidente. Que, pelo menos de público e ao que se saiba, não reclamou, sendo lícito imaginar que deve ter achado engraçado. Com certeza, Luiza Erundina e mulher nenhuma neste País conferiram a mesma graça ao que disse o Ministro que, se algum sentimento de respeito ao próximo ainda lhe restar à alma, deve desculpas públicas à candidata.

Ofendeu todas as mulheres ao referir-se com escárnio à uma fase biológica da natureza feminina. Desrespeitou não apenas Erundina, mas também Celso Pitta, ao insinuar que os dois deveriam ter um relacionamento amoroso, pois a ex-prefeita estaria, na opinião dele, há muito precisando desse tipo de emoção.

Pelo visto, se há alguém cujos nervos à flor da pele indicariam a receita prescrita por ele, não é a candidata do PT. A referência foi mais que desrespeitosa, foi moralista, de um moralismo cruel que revela todo o machismo contido num discurso pretensamente democrático. O que faz o Ministro supor que a vida pessoal da ex-prefeita não seja satisfatória?

Talvez o fato de ela ter 62 anos de idade e, na visão retrógrada do Ministro, estar fora da competição amorosa pautada por valores que desconsideram conceitos mais elevados da humanidade. Nesse aspecto, o Ministro que tanto se bate contra o reacionarismo do PFL, mostrou que está vários passos atrás de Luís Paulo Conte, que defendeu o direito da mulher de decidir sobre suas próprias conveniências sexuais. Uma contradição, uma vez que os modernos supostamente seriam os tucanos. Mas apenas supostamente, pois Sérgio Cabral Filho, no afã de se aproveitar daquilo que imaginou ser uma escorregadela do adversário, também aliou-se a Motta em seu moralismo de ocasião.

Dona Ruth Cardoso, mulher de luta pelos direitos democráticos de homens e mulheres, nos deve a todas pelo menos uma reprimenda íntima ao amigo.

Já o Presidente da República fica a dever muito mais do que isso. É ele, e apenas ele, o único capaz de enfrentar com serieda-

de Sérgio Motta e, mais que pedir, determinar ao seu Ministro que contenha seu ímpeto nos limites da compostura dos homens de Governo. Imagine-se o que teria produzido nesta campanha o Ministro caso fosse ele, e não José Serra, o candidato. Uma camifícina em praça pública de conseqüências malélicas para a imagem do Presidente.

Pois para Serra, com certeza, não conseguiu um só voto com as ofensas produzidas na madrugada.

De nada adiante ter um Presidente fidalgo se ele permite – sem contestações – que alguém, cuja fama é ser correia de transmissão dos pensamentos presidenciais, assole o país com toda a sorte de declarações e ações sem medida.

O Sr. Ministro das Comunicações e o Senhor Presidente da República, por extensão, não podem tratar o País e os seus cidadãos como se fossem uma platéia de debíloides, acuados pelo Poder, obrigados a encarar com reverência posturas de irreverência à deriva.

Terminadas essas eleições municipais, o Palácio do Planalto começa uma complicada trajetória para conquistar, primeiro, a reeleição e, depois, a eleição propriamente dita.

E essa imagem do "comigo ninguém pode", firmada por Sérgio Motta, pode ser fatal a Fernando Henrique, se bem administrada pelo adversário. Pois se o Presidente da República continuar a aceitar que com o Ministro nem ele pode, talvez também não consiga convencer o eleitorado de que pode continuar a governar o Brasil."

Brilhante análise de Dora Kramer. Ela coloca em termos corretos uma recomendação ao Ministro Sérgio Motta no sentido de que peça desculpas a Sr^a Luiza Erundina. E é o que espero sinceramente para que possamos construir uma democracia onde as pessoas se respeitem neste País.

O Sr. Lauro Campos – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com muita honra, Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Senador Eduardo Suplicy, gostaria de aproveitar esta oportunidade, não apenas para elogiar o seu trabalho nessas eleições. Tenho visto o seu esforço em Mato Grosso, bem como em diversas outras cidades em Estado do Brasil, e o seu desempenho ao lado da nossa candidata Luiza Erundina em São Paulo e

quero dar os parabéns pela maneira como V. Ex^a vem desempenhando o seu mandato, com toda a sua plenitude, com toda a força de sua consciência e o abalizamento de suas convicções. Essas eleições vêm mais uma vez trazer uma oportunidade para que V. Ex^a demonstre os conhecimentos que têm dos problemas de São Paulo, diversas vezes candidato e eleito por São Paulo. E tendo em vista o seu conhecimento mais próximo a respeito de alguns problemas, gostaria de indagar sobre um episódio que sempre nos preocupou a todos nós brasileiros: existem alguns candidatos que, me parece, são verdadeiros candidatos profissionais. Quer eles ganhem, quer percam, uma eleição, por exemplo para Presidente da República, ou para Governador, saem lucrando. O PC Farias não foi o primeiro a fazer escola, outros o antecederam nessa tarefa de patrocinar, de gerenciar algumas campanhas e, obviamente, lucrar com o processo eleitoral. A nós sempre faltaram recursos para nossas modestas campanhas, enquanto esses paus-brasis da vida, essas atitudes e essas organizações lançam as suas raízes usando até o nome da árvore que passou para o nosso País. São realmente práticas que se afastam completamente do nosso comportamento político. De modo que as eleições que aí estão deveriam ter trazido, também, à baila aquela questão que, por não ser de São Paulo, não consigo recordar, como é que enterraram o pau-brasil, como é que enterraram aquele comportamento do Sr. Calim Eid, e daquele outro pianista, José Carlos Martins, que, de repente, abandona, afasta-se de suas atividades artísticas para também executar aquela arte a que Vieira se referiu em um de seus livros. Então, parece-me que esse comportamento não envolve apenas um velho caso Lutfalla; e nunca conseguirei esquecer, foi o último ato do General Geisel, tentar impedir aquele empréstimo feito com recursos do Tesouro Nacional, via BNDES, para a família do Sr. Paulo Salim Maluf. São essas coisas que realmente não vejo acontecer, felizmente, no nosso Partido e que torna emocionante, transparente e animadora a luta modesta e consciente que desenvolvemos. Então, acho que, mais uma vez, e isso foi salientado por V. Ex^a, o Partido dos Trabalhadores vai encontrar a sintonia, aquilo que há de mais depurado na consciência cívica e política dos brasileiros, e avançar nessas eleições, logrando mesmo, como V. Ex^a acaba de prever, a nossa presença nas edilidades e nas prefeituras do País. De modo que, então, gostaria de saber se V. Ex^a tem alguma informação a respeito daquele episódio tão deprimente que constituiu o chamado caso Pau-Brasil.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Prezado Senador Lauro Campos, é fato que, nas campanhas de 1990 e 1992, se identificou que o candidato a Governador e a

Prefeito, Paulo Maluf, havia se utilizado do mecanismo – quando à época não era permitido – de receber contribuições de empresas ou pessoas jurídicas. Constatou-se isso através dessa sistemática que foi objeto de inquérito policial e de investigação por parte da Justiça, inclusive da Justiça Eleitoral.

Os procedimentos foram tais que isso não impediu que tivesse o Sr. Paulo Maluf assumido a prefeitura e praticamente está aí a concluir o seu mandato. O seu Secretário de Finanças, Celso Pitta, sobre isso nada disse até hoje que pudesse ser objeto de esclarecimento. Penso que seria oportuno que ele pudesse fazer uma avaliação de como se caracterizou a campanha daquele a quem serviu como Secretário de Finanças.

Infelizmente, neste caso, a Justiça, não foi tão célere como em outros casos. Ainda hoje, a Prefeita Luiza Erundina elogiou a Justiça Eleitoral durante esta campanha, porque tem procedido de forma imparcial. Entretanto, este caso está pendente até hoje, e era nitidamente um caso de abuso do poder econômico. Daí por que considero importante que façamos o registro do seu não esclarecimento.

Sr. Presidente, eu gostaria de concluir, voltando ao tema que o Senador Lauro Campos havia levantado e relacionado, ainda, ou seja, à questão das eleições e do direito de reeleição. Para salientar o disparate da afirmação do Ministro Antônio Kandir, segundo o qual nós teríamos um crescimento de 9% ao ano, caso houvesse direito de reeleição, basta assinalar – e faço aqui o registro -, aquilo que ele próprio, como Ministro do Planejamento previu para o ano que vem. No item 74 da Lei Orçamentária está dito:

A estimativa dos impostos e contribuições foi efetuada com base na arrecadação efetivamente realizada de janeiro a maio de 1996 e na arrecadação prevista para junho a dezembro do mesmo ano, levando-se em conta a legislação tributária vigente, um crescimento do PIB de 3,9% e um índice médio previsto do IGP-DI de 10,6%.

Na proposta orçamentária, refere-se à previsão de crescimento para 1997, ou seja, de um lado, ele afirma que, se a reeleição passa, o PIB pode crescer até 9%; segundo a proposta orçamentária, a sua proposta de previsão é de 3,9%. Que mágica haveria para que ocorresse tal melhoria de crescimento? Ou será que ele está por instituir mecanismos que venham a melhorar o crescimento? Qual seria o mecanismo para melhorar o crescimento? Melhorar a distribuição da renda e a distribuição do patrimônio.

Eu gostaria de registrar o artigo do Vice-Presidente Senior e Economista-Chefe do Banco Mundial Michael Bruno e do Diretor do Departamento de Pesquisa sobre Políticas de Desenvolvimento do Banco Mundial Lyn Squire, que tem por título "Por que se preocupar com a desigualdade?". Vou pedir que se registre o trecho na íntegra:

"Qual é o impacto da igualdade sobre o crescimento econômico? Usando de novos dados, concluímos que os países em desenvolvimento com uma distribuição mais equitativa de ativos, especificamente terras, cresceram mais rapidamente do que os países com uma distribuição menos equitativa de ativos. É interessante que não encontramos uma associação da mesma força entre a igualdade de renda e o crescimento. Por que uma distribuição mais equitativa de ativos beneficia o crescimento? Sabemos que o investimento é crucial para a expansão. Os pobres, freqüentemente, não conseguem investir porque carecem de capital e também de garantias para tomar empréstimos. Em países com uma distribuição muito desigual de ativos, muitas pessoas têm dificuldades ou são impossibilitadas de investir mesmo em sua própria saúde ou educação."

Ora, Sr. Presidente, segundo o Atlas Fundiário Brasileiro, divulgado pelo Ministério da Reforma Agrária, há poucas semanas, 2,8% dos maiores imóveis detêm 56,7% da área agricultável do País. Mostra ainda que, desde os anos 40, mantém o índice de desigualdade Gini, superior a 0,80% – de 0,856 em 1966; 0,831 em 1972; 0,85 em 1978 e 0,8278 em 1992. Constitui-se, portanto, um País de extrema desigualdade no que diz respeito à concentração fundiária. Aí estão os resultados de estudos realizados. Seria preciso que se modificasse esse estado de coisas o mais rapidamente possível.

Se uma reforma agrária estivesse sendo realizada com rapidez, eu até poderia concordar que iríamos crescer com mais velocidade. No entanto, vejo demora na sua realização bem como no que diz respeito ao governo abraçar instrumentos de política econômica que melhorem a distribuição da renda. Para as autoridades econômicas parece que o simples crescimento da economia faria melhorá-la em termos da erradicação da miséria.

No estudo realizado pelo economista Gustavo Franco, na inserção externa e no desenvolvimento, que comentarei em outra oportunidade, parece que a distribuição da renda se daria automaticamente. E

não é assim que acontece. É preciso que haja os instrumentos de política econômica para compatibilizarmos crescimento com estabilidade e melhoria da distribuição da renda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O Senador Valmir Campelo enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno da Casa.

O discurso vai à publicação.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebemos do Dr. Ernesto Silva, conhecido e dos mais respeitados pioneiros de Brasília, documentação com a qual sustenta o seu "grito de alerta e de protesto contra as profanações do Plano Urbanístico" da Capital da República, inscrito, como modelo universal, no elenco das riquezas que integram o patrimônio cultural da humanidade.

O médico Ernesto Silva, para quem desconhece, é uma dessas raras pessoas que aqui se encontravam, ainda na década de cinquenta, emprestando o brilho de sua inteligência e o vigor de sua atuação no heróico esforço de erguer a nova capital do País. Foi diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital Novacap, responsável pelas áreas de Saúde e de Educação daquela que então não passava de um imenso canteiro de obras, inaugurando, em 1957, a primeira escola pública de Brasília.

Com esse passado de dedicação, é compreensível e justificável que hoje se revolte ante comportamentos e decisões de nenhum respeito à cidade e à própria população candanga.

Para que Brasília obtivesse o honroso título de "Patrimônio Cultural da Humanidade" o Brasil comprometeu-se, junto à Unesco, "a manter incólumes as características originais do Plano Piloto" da Capital, obrigação que vem sendo sistematicamente desobedecida.

Esqueceram-se de que Brasília nasceu da prancheta de Lúcio Costa, das linhas arquitetônicas de Oscar Niemeyer e dos jardins colossais de Burle Marx. Nasceu sem esquinas, mas com grande horizonte e asas. Tem a maior área verde por habitante urbano do planeta e ostenta um alto padrão de qualidade de vida.

Em Brasília, todos os Estados se fazem presente, não só pelas suas representações estaduais ou pelos seus representantes no Congresso Nacional, mas pelo povo deste imenso Brasil. Uma mistura de sofiques e costumes, considerada a "Capital da Esperança."

Denuncia o Dr. Ernesto Silva, que por força de "pressões especulativas e de permissividade da Companhia Imobiliária de Brasília Terracap, tem-se conseguido burlar leis e compromissos internacionais".

"A Terracap, na ânsia de angariar dinheiro, não se peja de macular o plano original da cidade, conivente que é com as inúmeras deturpações já perpetradas e outras ainda em curso."

O respeitado pioneiro conclama tantos quantos, "por dever de ofício ou amor a Brasília", possam alinhar-se ao esforço destinado a "sustar essa ignomínia que se comete contra a nossa cidade".

Sem entender "o que seja um bem tombado, que não pode ser modificado, tocado ou prostituído, assim como Veneza, Ouro Preto e Olinda, querem transformar Brasília numa cidade bastarda, no que demonstram indisciplina e desamor à ordem e ao planejamento".

Relaciona, por exemplo, que um terreno, alienado indevidamente pela Terracap, vai permitir a edificação de prédio comercial de salas e lojas, em pleno Setor de Autarquias Sul, "violando o Plano Urbanístico de Lúcio Costa" e desatendendo o compromisso com a Unesco.

Em defesa do patrimônio tombado, seria necessário impedir essa e outras agressões, como as identificadas no Setor Hoteleiro Sul, que, devendo comportar esse tipo de estabelecimento, hoje abriga, impropriamente, uma rede de imobiliárias.

Na forma originalmente concebida, a Capital conta com setores determinados, de tal sorte que, no Setor de Autarquias, encontram-se instalados esses órgãos do Governo Federal, assim como, no Setor Hoteleiro, estão localizados os mais diversos hotéis.

Não obstante, o apelo formulado pelo Dr. Ernesto Silva ao Governo do Distrito Federal, objetivando a anulação da venda do terreno do Setor de Autarquias e de outras impropriedades, não foi atendido.

Noutra denúncia, o Dr. Ernesto Silva aponta o início da construção de um prédio residencial na entrequadra 707/907, local primitivamente destinado a edificações de uso comum, envolvendo atividades de ensino, esporte, cultos religiosos ou de natureza cultural.

Trata-se, mais uma vez, de obra totalmente irregular, que demonstra a prática da ganância imobiliária, em detrimento dos verdadeiros interesses da Capital.

"Uma escola de dança é construída no lugar do restaurante; a sede do sindicato, em sítio destinado a órgãos de cunho social; cede-se a uma igreja o

lote destinado a Clube de Vizinhança; agências bancárias e prédios comerciais são construídos em locais destinados a mercados e cinemas. Nas áreas reservadas a paróquias, igrejas, colégios e entidades culturais, instalaram-se edifícios comerciais, clubes e três hospitais."

Esses "incongruentes palpites", trazendo a marca da levandade, pregam que "o Plano não pode ser engessado". Assim, chegam a propor que se deveria transformar radicalmente os Setores Comerciais Norte e Sul; que se deveria permitir a construção de edifícios de doze pavimentos, localizando o maior número deles nas quadras residenciais; que se deveria adotar maior flexibilidade nas regras preservacionistas do Plano de 1957; que se deveria ocupar, com diferente destinação, as áreas reservadas às escolas-parque projetadas", etc, etc...

Ante esse quadro, entende que "a Unesco tem o dever de chamar a atenção dos responsáveis, advertindo-os de que há um compromisso firmado pelo

Brasil, no sentido de preservar intacto o plano original de Brasília".

Para essa gente, o Dr. Ernesto Silva recomenda que "deixem Brasília em paz. Eles não a idealizaram, não a construíram, não tiveram a mínima participação no ingente trabalho de sua implantação. Se desejam alguma sugestão sobre a cidade, que consultem os seus construtores, aqueles que planejaram, aqueles que, com enorme sacrifício e inenarrável idealismo, a construíram. Estes são os verdadeiros responsáveis pelo presente e pelo futuro da cidade."

E conclui: "A sociedade de Brasília e os pioneiros da cidade repudiam essa intromissão indébita e protestam contra a ameaça que paira sobre Brasília."

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h10min)

MESA**Presidente**

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPB - MS

4º Secretário

Emandes Amorim - PMDB - RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PSB - SE

Eduardo Suplicy - PT - SP

Ney Suassuna - PMDB - PB

Emília Fernandes - PTB - RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores - Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS

2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE

3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior - PMDB - AC

Waldeck Omelas - PFL - BA

Emília Fernandes - PTB - RS

José Ignácio Ferreira - PSDB - ES

Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda - PSDB - DF

Vilson Kleinöbling - PFL - SC

Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Givam Borges

Fernando Bezerra

Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Joel de Holanda

Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo

José Ignácio Ferreira

Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPE**Líder**

Eptício Cafeteira

Vice-Líder

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder**LIDERANÇA DO PDT****Líder**

Júlia Marise

Vice-Líder

Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB**Líder**

Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS**Líder**

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL**Líder**

Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Elcio Alvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocinio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
1. Eptácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	PTB	
1. Emilia Fernandes		1. Artindo Porto
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)–
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *1
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLYCY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS

VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2381/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PMDB	
José Fogaça		Mariuce Pinto ¹
Casildo Maldaner		Roberto Requião
	PFL	
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda
Romero Jucá		Júlio Campos
	PSDB	
Lúdio Coelho		Geraldo Melo
	PPB	
peridillo Aroia		
	PTB	
Emília Fernandes		

PP

Osmar Dias²

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
	PMDB	
Paulo Ritzel		Elias Abraham
Valdir Colatto		Rivaldo Macari
	PSDB	
Franco Mostoro		Yeda Cruzias
	PPB	
Fetter Júnior ³ ⁴		João Pizzolatti
	PP	
Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
	PT	
Miguel Rossetto		Luiz Meinardi

¹ Pedro Simon substituído por Mariuce Pinto, em 2-10-95.

² Filiado ao PSDB em 22-6-95.

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL É POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

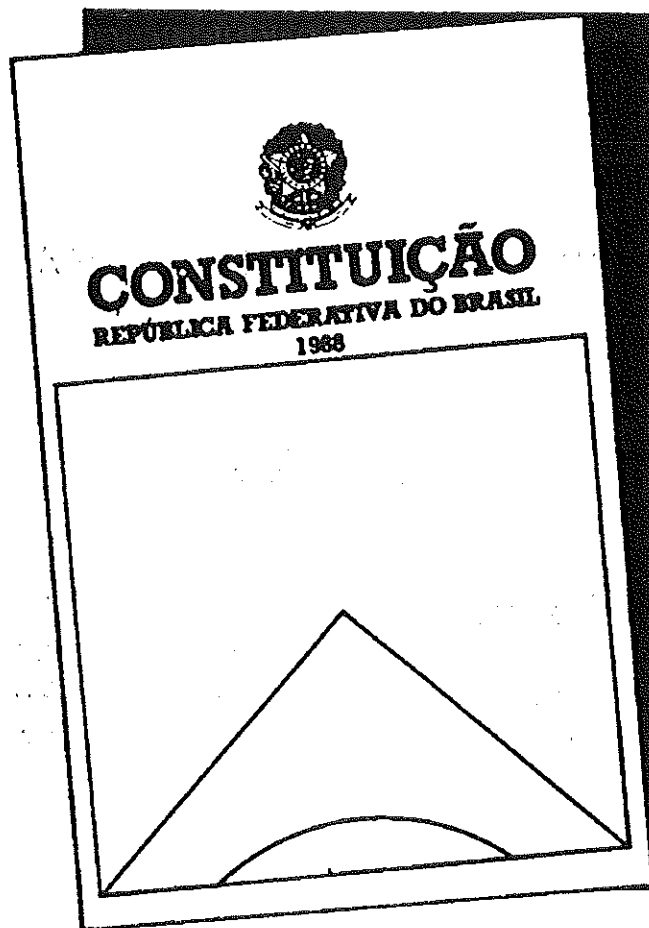
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

**COMPACT DISK
CD-ROM**

- Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT - Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, do Prodasen.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I - Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II - Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

**Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00**

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAE, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS